

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Economia

**Uma análise descritiva do mercado de trabalho informal brasileiro
durante a pandemia da COVID-19**



PUC
RIO

Aluno: Bruno Tissenbaum Issler
Número de matrícula: 1411815
Professor Orientador: Gustavo Gonzaga
Professor Coorientador: Francisco Lima Cavalcanti
Julho de 2021

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Economia

**Uma análise descritiva do mercado de trabalho informal brasileiro
durante a pandemia da COVID-19**



PUC
RIO

Bruno T. Issler

Aluno: Bruno Tissenbaum Issler

Número de matrícula: 1411815

Professor Orientador: Gustavo Gonzaga

Professor Coorientador: Francisco Lima Cavalcanti

Julho de 2021

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Dedico este trabalho de monografia de graduação aos meus familiares, professores e amigos; ao meu professor coorientador, Francisco Lima Cavalcanti, que teve muita paciência e me ajudou a organizar e programar minha primeira base de dados, sou muito grato, que seja a primeira de muitas. Ao meu amigo Luan Pingoud que trabalha na informalidade há anos e foi essencial em momentos de descontração, foram ótimas risadas.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

SUMÁRIO

Abreviaturas e siglas	4
Lista de figuras	5
1. Introdução	6
2. Dados e metodologia	7
3. Literatura e contexto histórico	9
4. Análise descritiva	11
4.1 Definições	11
4.2 Análise descritiva da informalidade	13
4.3 Decomposição da informalidade	19
4.4 Características sociodemográficas da informalidade	21
5. Fatos estilizados	32
5.1 O caso do auxílio emergencial	32
5.2 Auxílio emergencial e pobreza	34
6. Conclusão	36
7. Referências bibliográficas	37

ABREVIATURAS E SIGLAS

PO	População Ocupada
PD	População Desalentada
TF	Trabalhadores Formais
TI	Trabalhadores Informais
TSPSCart	Trabalhador do Setor Privado sem carteira assinada
TDSCart	Trabalhador Doméstico sem carteira assinada
CPNC	Trabalhador por Conta Própria não contribuinte
ENC	Empregador não contribuinte
TFA	Trabalhador Familiar Auxiliar
Cart	Trabalhador com carteira assinada
CPC	Trabalhador por Conta Própria contribuinte
FPE	Funcionário Público Estatutário
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa

LISTA DE FIGURAS

[Figura 1 – Evolução da Taxa de Informalidade](#)

[Figura 2 – Evolução da quantidade de ocupados](#)

[Figura 3 – Evolução da quantidade de informais](#)

[Figura 4 – Evolução da Taxa de Desocupação](#)

[Figura 5 – Evolução da quantidade da PEA](#)

[Figura 6 – Evolução da quantidade de desocupados](#)

[Figura 7 – Evolução da quantidade de ocupados](#)

[Figura 8 – Decomposição da Informalidade](#)

[Figura 9 – Evolução da Taxa de Informalidade por Gênero](#)

[Figura 10 – Evolução da Taxa de Informalidade por Idade](#)

[Figura 11 – Evolução da Taxa de Informalidade por Renda](#)

[Figura 12 – Evolução da Taxa de Informalidade por Escolaridade](#)

[Figura 13 – Evolução da Taxa de Informalidade por Região](#)

[Figura 14 – Evolução da Taxa de Informalidade por Cor ou Raça](#)

[Figura 15 – Evolução da Taxa de Informalidade por Setor](#)

[Figura 16 – Evolução da Taxa de Informalidade por Tipo de Domicílio](#)

1. INTRODUÇÃO

A informalidade é um tema em alta dentro da economia do trabalho em países ao redor do mundo. Os dados gerados sugerem uma oscilação da informalidade na economia brasileira desde 2012. O objetivo dessa monografia é de analisar descritivamente os impactos do cenário pandêmico sob a ótica dos trabalhadores informais no Brasil. Observamos o aumento da quantidade de indivíduos nesta condição ao longo dos últimos anos e que a vida e os indicadores socioeconômicos dos informais mudaram em diversos aspectos – seja na composição de sua renda, nas horas trabalhadas, na política pública do auxílio emergencial ou nas atividades laborais remotas.

Utilizaremos os dados de trabalho da PNAD Contínua trimestral divulgados pelo IBGE quanto à ocupação, renda e características sociodemográficas de 2012 até o primeiro trimestre de 2021. Para leitura, processamento e transformação de microdados das pesquisas domiciliares do IBGE sobre a economia do trabalho, utilizamos a programação em R.

Ainda, por se tratar de uma análise descritiva dos impactos da pandemia nos indicadores socioeconômicos do grupo dos informais, é importante destacar o objetivo de coletar dados cruciais para melhor entendimento das consequências que este período nefasto teve na vida de um grupo de interesse. Abordando temas e acontecimentos de magnitude relevante, buscamos elucidar particularidades do mercado de trabalho informal brasileiro, ainda que não haja um propósito de estabelecer dependências – como de causalidade ou correlação – entre variáveis tratadas. Isso significa que iremos analisar aspectos da economia do trabalho em geral – como ocupação, mercado de trabalho formal e desemprego – uma vez que a informalidade caminha junto a eles, investigando paralelamente as conjunturas fundamentais que permeiam o assunto nos últimos anos.

2. DADOS E METODOLOGIA

Para construir a base de dados que permitiu a realização da pesquisa, extraímos arquivos do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza pesquisas domiciliares a nível nacional sobre diversos fatores socioeconômicos. Como se trata de um artigo sobre a economia do trabalho e as características da informalidade brasileira durante a pandemia, utilizamos dados trimestrais sobre trabalho disponibilizados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Embora a finalidade deste artigo seja de analisar descritivamente fatores socioeconômicos de um grupo de interesse em um período específico – os informais durante a pandemia – disponibilizamos dados da PNAD Contínua de 2012 até o primeiro trimestre de 2021. Com a necessidade de entender a fundo como este período nefasto repercutiu no mercado de trabalho brasileiro, iremos analisar outros fatores importantes como a formalidade, o desemprego e a ocupação.

Os microdados trimestrais da PNAD Contínua foram extraídos do site do IBGE e processados através da linguagem de programação R. Por meio de exaustivos esforços e encontros com o professor coorientador, conseguimos processar, manipular e transformar os dados com objetivo de gerar os gráficos que serão exibidos na parte da análise descritiva. Ainda que a pesquisa seja referente à parte mais recente da base de dados – a partir do ano de 2020 –, existe interesse em disponibilizá-los desde o início da série histórica para fins de comparação. Os microdados foram organizados e arranjados no R de forma trimestral e cada coluna representa uma variável de interesse e cada linha configura um trimestre ao longo do tempo. O arranjo dos dados referentes à PNAD Contínua acontece no formato *cross section* e a intenção da análise descritiva é de estabelecer correlação ou de enumerar características entre variáveis e eventos e não de estabelecer relações de causalidade.

Embora existam diversos artigos, trabalhos empíricos e análises do mercado de trabalho informal brasileiro – que serão revisadas na seção que trata da literatura e do contexto histórico – decidimos que as definições utilizadas neste artigo seriam retiradas do livro publicado anualmente pelo IBGE, “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2020”. Como estamos analisando o

mercado de trabalho informal brasileiro, os empregadores não contribuintes compõem o grupo da informalidade padrão.

Definimos o período mais importante para uma análise sobre a informalidade durante a pandemia como os quatro trimestres referentes ao ano de 2020 e o primeiro trimestre de 2021. Destacamos a política pública do auxílio emergencial que assegurava uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da COVID-19 de acordo com a Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Investigamos as características desta política pública e as prováveis consequências da sua anulação no primeiro trimestre de 2021. Enfatizamos que o auxílio emergencial foi revogado no início de janeiro deste ano, mas teve continuidade a partir de abril e a divulgação dos dados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021 não foi realizada até a documentação deste trabalho.

3. LITERATURA E CONTEXTO HISTÓRICO

Existem muitos artigos sobre o mercado de trabalho informal em diversos países no mundo. Os esforços e as dificuldades para medir e definir a informalidade parece ser um tema recorrente dentro da economia do trabalho – essa definição pode ser nebulosa por conta das diferentes conjunturas e configurações dos países relativas a este setor. Parece ser um desafio definir o conceito de informalidade dentro do mercado de trabalho e a literatura internacional possui uma abrangência grande de definições das relações trabalhistas. Ainda que a literatura explore correlações entre a informalidade e outras variáveis – como escolaridade e segmentação do mercado de trabalho –, iremos apenas resumir a literatura brasileira referente à análise da informalidade no país nas últimas décadas.

No Brasil, pelo fato da legislação trabalhista exigir que os trabalhadores assalariados possuam carteira de trabalho assinada, a definição de informalidade pôde ser associada à posse ou não desta. Ainda, ao longo das últimas cinco décadas, existiu um esforço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de elucidar, entre outras, as definições relacionadas ao setor trabalhista brasileiro. De acordo com os últimos estudos e pesquisas de divulgação anual da [Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira](#), de 2020, são compreendidos como informais no Brasil todos aqueles que participam do mercado de trabalho e que não possuem carteira de trabalho assinada ou não contribuem para a previdência social (INSS). Investigaremos melhor essa definição na [Seção 4.1](#) desta monografia.

Alguns autores da literatura nacional buscaram explicar e analisar a informalidade no Brasil nas últimas décadas. A análise do mercado de trabalho brasileiro durante os anos 1980 realizada por [Amadeo et al](#) (1994) mostra que o setor informal não foi tão impactado durante a década – cujos três primeiros anos foram marcados por uma crise econômica, no que o autor chama de fenômeno cíclico –, em contraste aos primeiros anos da década de 1990, ressaltando o crescimento da informalização por conta da magnitude do aumento dos brasileiros envolvidos em atividades por conta própria. O trabalho de [Ramos](#) (2002) investiga a associação do crescimento da informalidade brasileira e as mudanças na composição setorial empregatícias referentes à indústria de transformação – e suas características de formalização do trabalho – e o segmento de serviços – com características de informalidade – durante a década de 1990 nas regiões metropolitanas

do país. De acordo com o autor, houve um crescimento contínuo ao longo dos anos 1990 – e abrupto nos primeiros anos da década – e uma estabilização do processo de informalização do trabalho a partir de 2000.

Do início dos anos 2000 até 2012, [Barbosa Filho e Moura \(2015\)](#), investigaram a redução de mais de 11 p.p. do grau de informalidade da economia brasileira no período. Os trabalhadores por conta própria foram retirados da amostra analisada. Buscando entender as causas da redução, os autores decompõem a queda da taxa de informalidade em efeito-nível – medindo a queda da taxa dentro de cada grupo sociodemográfico – e em efeito-composição – medindo a variação da participação no total de ocupados de cada grupo sociodemográfico. Os resultados mostraram que em alguns cortes sociodemográficos a queda da taxa ocorreu por conta do efeito-nível (homens e mulheres, brancos e pardos, com ensino médio completo, entre outros). Pelo lado do efeito-composição, os autores concluíram que a redução do percentual dos trabalhadores menos escolarizados conseguiu explicar 45% da queda da taxa no período citado. Na decomposição feita pelo capital humano, a queda da participação de trabalhadores menos escolarizados com baixa experiência de trabalho explica 57% da queda da taxa entre 2002 e 2012.

A análise descritiva da informalidade que é feita a partir da [Seção 4.2](#) deste artigo tem o intuito de fornecer um arcabouço descritivo para investigações posteriores sobre o setor do mercado trabalhista brasileiro. É uma tentativa de organizar dados e gráficos com a finalidade de descrever meticulosamente o setor no Brasil com foco no período marcado pela pandemia da Covid-19 – a partir do ano de 2020 – e suas implicações para o setor informal.

4. ANÁLISE DESCRITIVA

4.1. DEFINIÇÕES

A principal definição de informalidade que será utilizada para gerar qualquer material apresentado neste trabalho será denominada de **Informalidade Padrão**. Dessa forma, a população referente aos trabalhadores informais brasileiros compreende os empregados do setor privado (TSPSCart) e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (TDSCart), os trabalhadores por conta própria não contribuintes (CPNC), os empregadores (ENC) que não contribuem para a previdência social e os trabalhadores familiares auxiliares (TFA). Podemos denotar a expressão da Informalidade Padrão por:

$$\mathbf{Informalidade\ Padr\~{o}} \equiv \mathbf{TSPSCart + TDSCart + CPNC + ENC + TFA}$$

Para obter a Taxa de Informalidade Padrão, é só dividirmos o termo acima pela população ocupada no período de referência:

$$\mathbf{TaxaInfPadr\~{o}} \equiv \frac{\mathbf{TSPSCart + TDSCart + CPNC + ENC + TFA}}{\mathbf{Popula\~{c}\~{o}n\~{o} Ocupada}}$$

Ao destrincharmos o mercado de trabalho informal neste artigo, falaremos sobre a decomposição da informalidade. É importante definir a parte da **TaxaInfPadrão** que corresponde aos trabalhadores informais não contribuintes e a parte relativa aos trabalhadores informais sem carteira assinada. Definimos, portanto, a **TaxaInfNC** e a **TaxaInfSCart**:

$$\mathbf{TaxaInfNC} \equiv \frac{\mathbf{CPNC + ENC}}{\mathbf{Popula\~{c}\~{o}n\~{o} Ocupada}}$$

$$\mathbf{TaxaInfSCart} \equiv \frac{\mathbf{TSPSCart} + \mathbf{TDSCart}}{\mathbf{Popula\c{c}\~{a}o\ Ocupada}}$$

Podemos fazer um paralelo com o emprego formal no pa s. Definimos o emprego formal como os trabalhadores com carteira assinada (Cart), os trabalhadores por conta pr pria contribuintes (CPC) e os funcion rios p blicos estatut rios (FPE). Dessa forma, denotamos os formais como:

$$\mathbf{Formais} \equiv \mathbf{Cart} + \mathbf{CPC} + \mathbf{FPE}$$

E dividimos o n mero de formais no per odo de refer ncia pela popula o ocupada para encontrar a taxa de formalidade do emprego em um ponto no tempo no Brasil:

$$\mathbf{Taxa\ de\ Formalidade\ do\ Emprego} \equiv \frac{\mathbf{Cart} + \mathbf{CPC} + \mathbf{FPE}}{\mathbf{Popula\c{c}\~{a}o\ Ocupada}}$$

Por defini o, sabemos que a Taxa de Ocupa o corresponde a popula o ocupada dividida pela popula o economicamente ativa:

$$\mathbf{Taxa\ de\ Ocupa\c{c}\~{a}o} \equiv \frac{\mathbf{Popula\c{c}\~{a}o\ Ocupada}}{\mathbf{Popula\c{c}\~{a}o\ Economicamente\ Ativa}}$$

Paralelamente, a Taxa de Desocupa o corresponde   popula o desocupada dividida pela popula o economicamente ativa:

$$\mathbf{Taxa\ de\ Desocupa\c{c}\~{a}o} \equiv \frac{\mathbf{Popula\c{c}\~{a}o\ Desocupada}}{\mathbf{Popula\c{c}\~{a}o\ Economicamente\ Ativa}}$$

4.2. ANÁLISE DESCRITIVA DA INFORMALIDADE

Através do gráfico da evolução da taxa de informalidade observamos as variações da proporção dos informais com relação à população ocupada ao longo do tempo. Embora não seja o escopo desta monografia analisar a série histórica desde seu início, é importante destacar o valor mais baixo da taxa no primeiro trimestre de 2016 – chegando a 38,11%. Também fazemos ressalvas à característica do gráfico (“em V”) durante o início do ano de 2020.

Ainda, vemos que o valor mais alto é referente ao terceiro trimestre de 2019, quando chegou a 42,14%. Este valor caiu vertiginosamente nos períodos seguintes; registrou 40,84% em 2020.1 e chegou ao valor de 38,16% no semestre subsequente, representando uma queda de mais de 2.5 p.p., que representa a maior variação da série histórica observada.

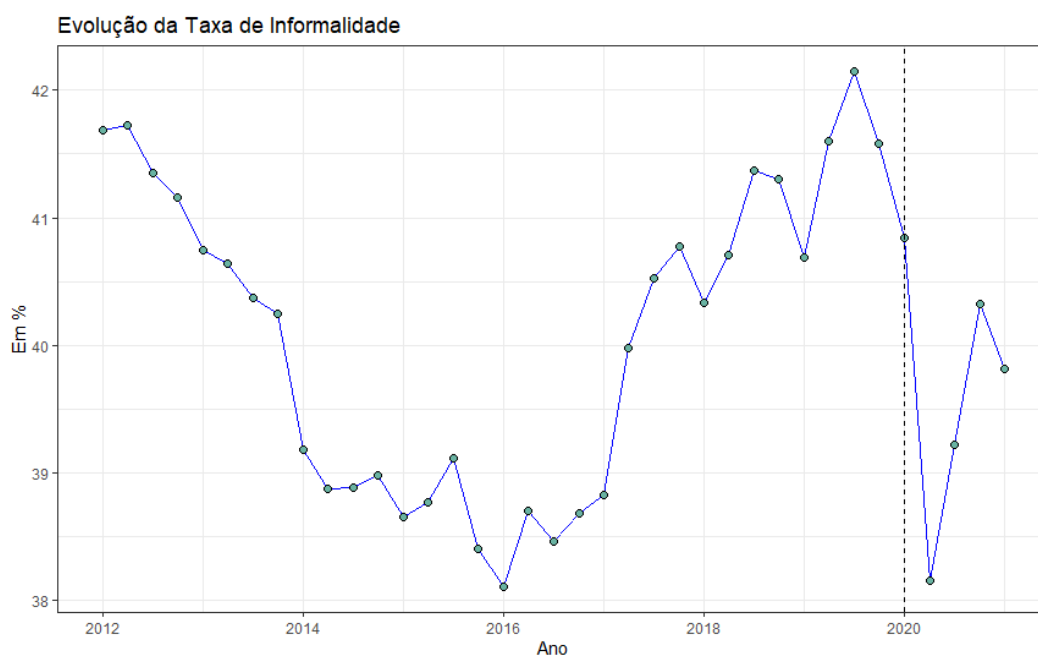


Figura 1 – Evolução da Taxa de Informalidade

Para entendermos essa oscilação, investigaremos os componentes da taxa de informalidade durante o período de referência – que vai do primeiro trimestre de 2020 até o primeiro trimestre de 2021. É importante destacar que, *ceteris paribus*, o aumento no número total de informais na economia eleva a taxa de informalidade, enquanto o aumento no número total de ocupados reduz a taxa de informalidade. Também queremos entender nessa análise qual dos dois fatores é preponderante na definição do sinal da variação da taxa de informalidade, i.e., se existem diferenças de preponderância entre o numerador e o denominador da variável de interesse ao longo do tempo que possam explicar a variação percentual entre dois períodos subsequentes.

Em 2020.1, o número total de ocupados na economia brasileira era de 92,22 milhões de pessoas. No período seguinte esse valor caiu para 83,34 milhões e, em 2020.3, para 82,46 milhões. No último semestre de 2020 o valor aumentou para 86,17 milhões de brasileiros e fechou a série, no primeiro trimestre de 2021 com 85,65 milhões.

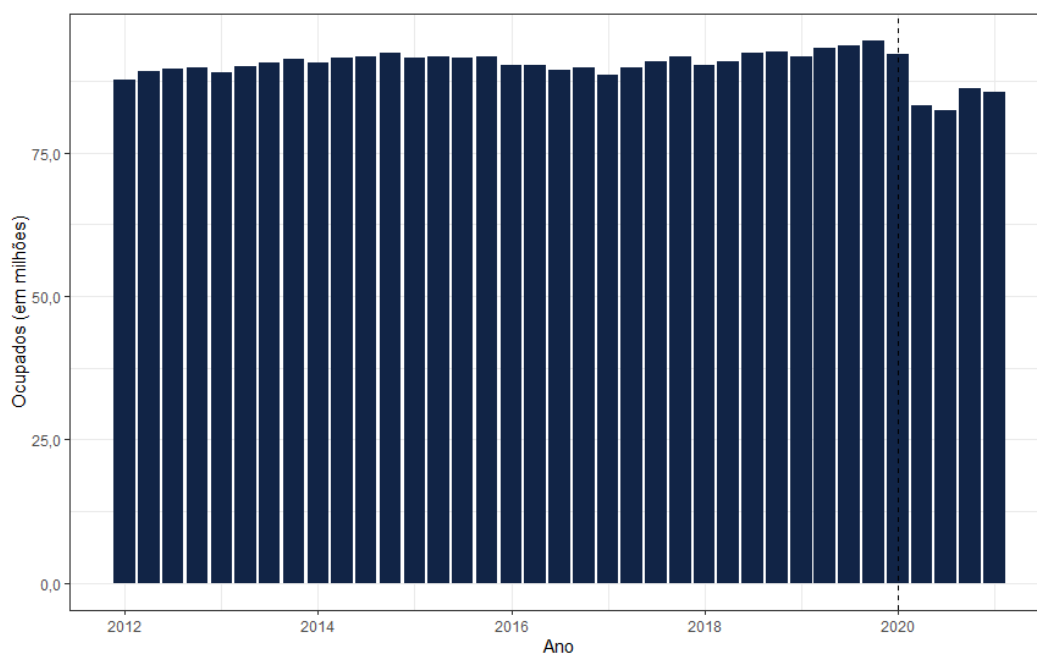


Figura 2 – Evolução da quantidade de ocupados

Por outro lado, sabemos os valores referentes ao total de brasileiros na informalidade durante a pandemia. Em 2020.1, esse total era de 37,66 milhões de pessoas.

No período seguinte tivemos uma redução significativa e o total valia 31,80 milhões. Existiu um ligeiro aumento em 2020.3 para 32,34 milhões e em 2020.4 esse valor chegou a 34,74 milhões de pessoas. No primeiro trimestre de 2021 houve uma redução no valor, encerrando a série histórica em 34,10 milhões de pessoas na informalidade.

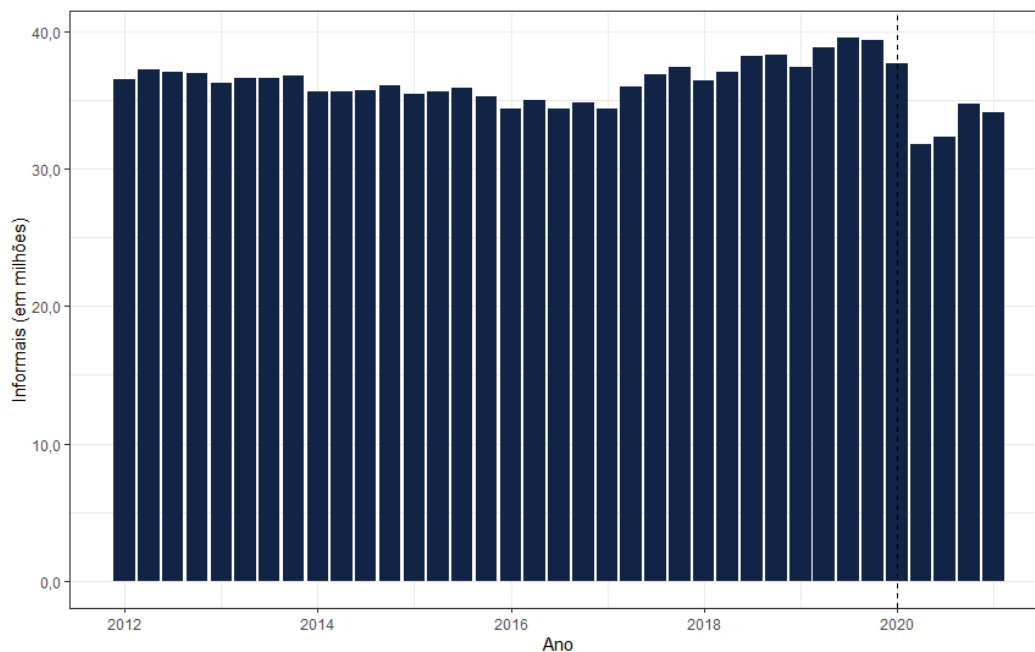


Figura 3 – Evolução da quantidade de informais

Isso significa que o sinal negativo da taxa de informalidade do primeiro para o segundo trimestre de 2020 foi causado pela preponderância da variação negativa do total de informais na economia brasileira. Ainda que o valor total de ocupados tenha sofrido uma redução significativa de quase 9 milhões de pessoas – e tenha sua parcela de influência na variação positiva da taxa de informalidade – ela representa uma contração de aproximadamente 10% que não foi suficiente para determinar o sinal da variação da taxa. Em contrapartida, a redução do valor total de informais no período analisado é de 5,86 milhões. Isso representa uma variação negativa de 15,56% que reduz diretamente a taxa de informalidade. Dessa forma, vemos que a variação percentual do número de informais na economia brasileira é superior à variação percentual do número de ocupados e, portanto, mais decisiva na determinação da flutuação da taxa de informalidade no período em questão.

Podemos estender essa mesma análise referente ao período da pandemia ao longo de 2020 e 2021. Em todas as variações da taxa de informalidade entre períodos encontramos uma participação mais decisiva das variações do número total dos informais do que das variações do número total de ocupados na economia. Isso significa que o sinal da variação da taxa de informalidade é explicado de forma preponderante pelas variações do total do número de informais nos períodos de referência.

Podemos fazer uma análise similar para a evolução da taxa de desocupação durante o período de referência. Destacamos o valor mais baixo da taxa durante a série histórica de 6,17% no último trimestre de 2013 e o valor mais alto da taxa de 14,7% no primeiro trimestre de 2021. Investigaremos as variações nos componentes da taxa de desocupação para elucidar pontos importantes.

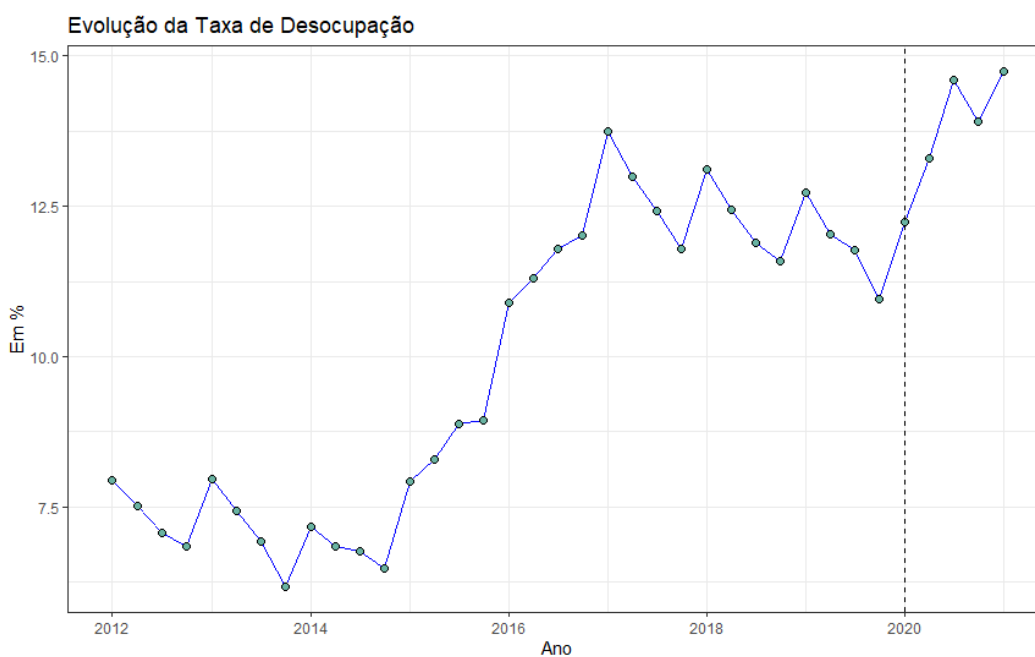


Figura 4 – Evolução da Taxa de Desocupação

O número total de desocupados na economia brasileira no primeiro trimestre de 2020 era de 12,84 milhões. Valor que permaneceu em um patamar parecido no trimestre seguinte, quando caiu para 12,79 milhões de pessoas. Paralelamente, o número total da população economicamente ativa no mesmo período era de 105,07 milhões e que, no período seguinte, caiu para 96,13 milhões de pessoas. É intuitivo pensar que as variações

percentuais da PEA de 2020.1 para 2020.2 possuem uma ordem de grandeza maior do que as variações percentuais dos desocupados no mesmo período. Dessa forma, dizemos que essa oscilação negativa de 8,5% do número total de pessoas da PEA – ante uma variação negativa de 0,39% da população desocupada – explica majoritariamente a oscilação positiva da taxa de desocupação no mesmo período.

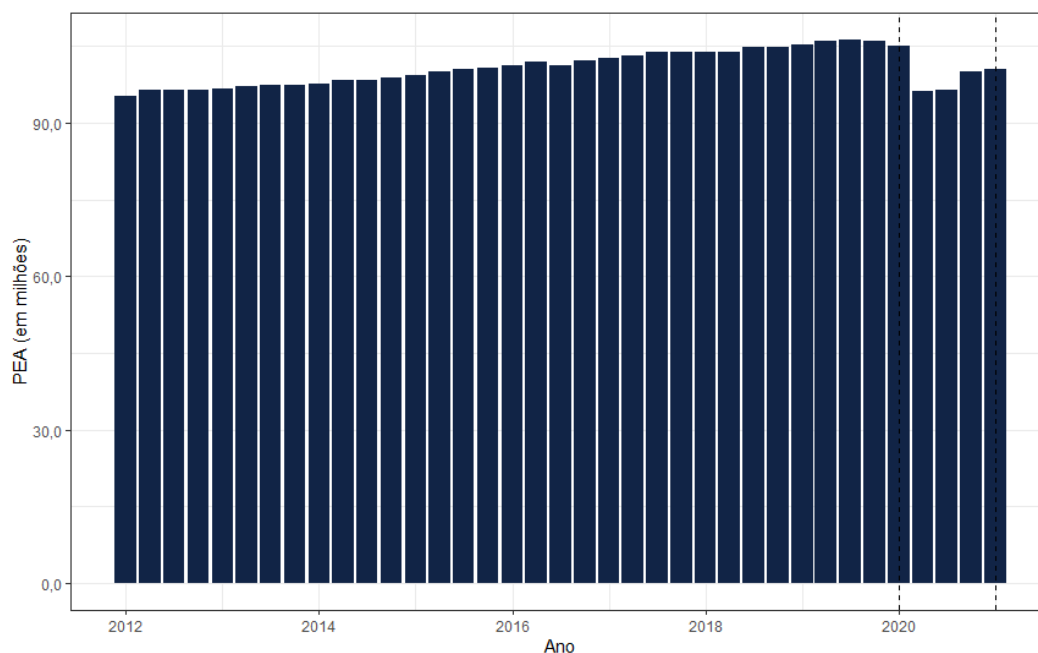


Figura 5 – Evolução da quantidade da PEA

No período subsequente tivemos uma variação positiva de 10,16% do total de desocupados frente uma variação positiva de apenas 0,43% do total de pessoas na PEA. Isso significa que, nesse caso, a magnitude da variação do total de desocupados explicou o crescimento na taxa de desocupação. Para a variação da taxa compreendida entre 2020.3 e 2020.4 – que foi negativa – vemos uma preponderância da variação da PEA de 3,67%. O aumento da taxa de desocupação na virada do ano de 2020 para 2021 é majoritariamente explicada pela variação positiva de 6,32% da população desocupada ante a variação positiva de 0,35% da população que faz parte da PEA. Embora sejam ambas positivas, atribuímos um peso maior à variação da população desocupada na variação da taxa de desocupação nesse caso.

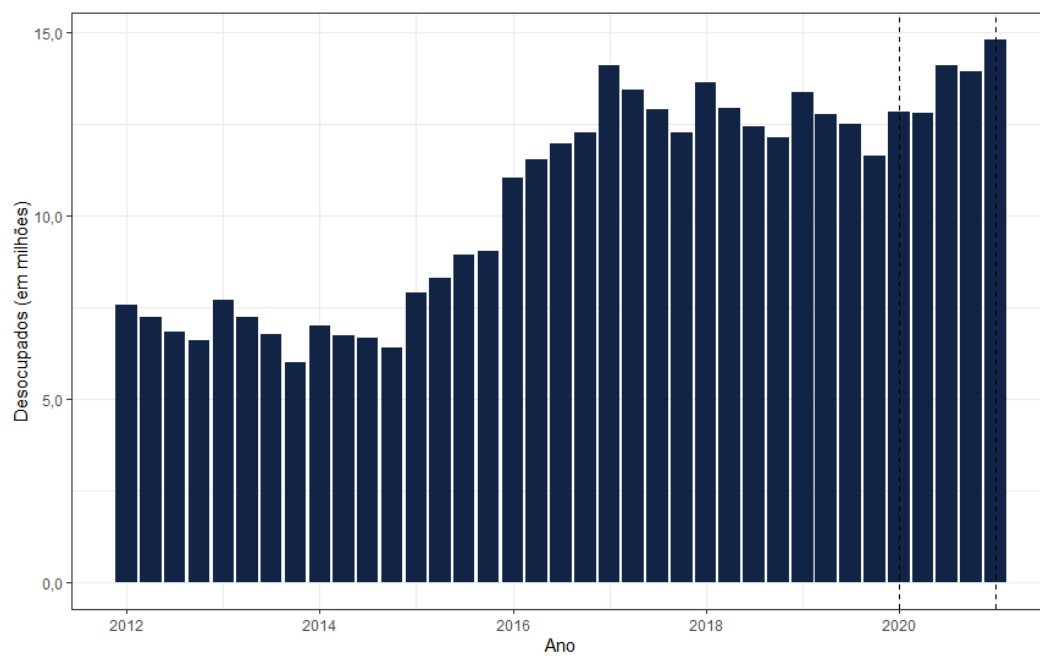


Figura 6 – Evolução da quantidade de desocupados

4.3. DECOMPOSIÇÃO DA INFORMALIDADE

Nessa seção do artigo iremos analisar a decomposição da informalidade em dois fatores majoritariamente importantes da literatura do mercado de trabalho informal brasileiro; os informais não contribuintes e os sem carteira assinada. Embora a taxa de informalidade seja composta por esses dois grupos e pela categoria que engloba o trabalhador familiar auxiliar, retiramos este último da análise gráfica para destacar a parte que compõe predominantemente a informalidade. É importante destacar o comportamento da informalidade dos TFA ao longo do tempo, que sofreu poucas oscilações dentro do período de referência com sua taxa em torno de 2,4%.

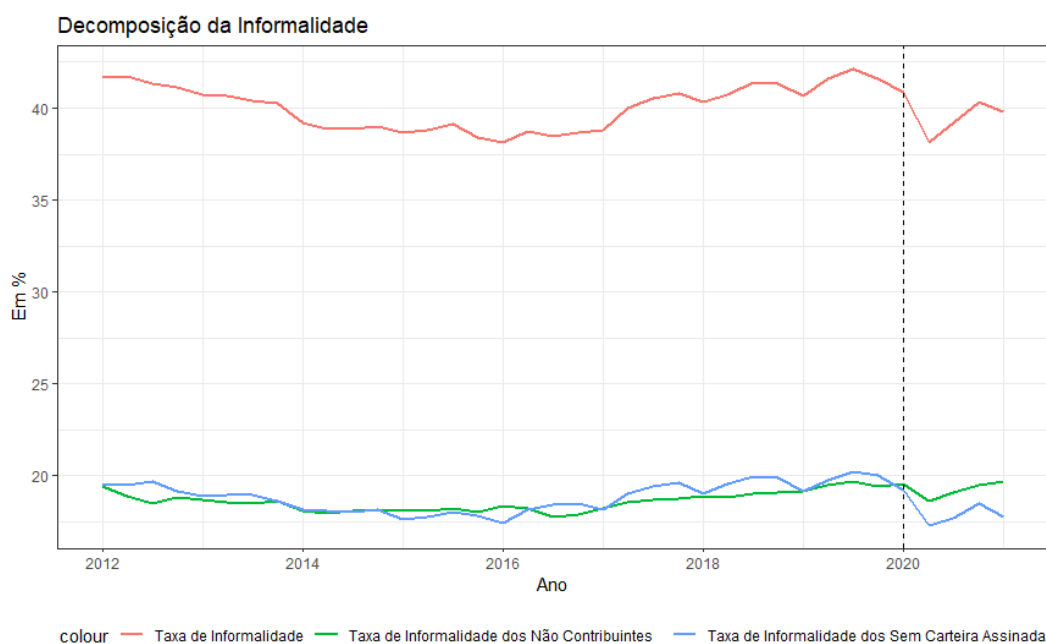


Figura 9 – Decomposição da Informalidade

Podemos destacar a participação parecida das duas categorias em questão na composição da taxa de informalidade. No primeiro trimestre de 2020 tivemos taxas bem parecidas; a taxa de informalidade dos não contribuintes foi de 19,55% enquanto a taxa de informalidade dos sem carteira assinada foi de 19,18%. Observamos graficamente que a queda no período seguinte foi mais acentuada na segunda categoria, caindo para 17,28%, enquanto a primeira decaiu para 18,64%. A proporção dos não contribuintes

aumentou até o primeiro trimestre de 2021 quando teve sua máxima durante a série histórica de 19,69%. Por outro lado, a proporção dos informais sem carteira assinada aumentou gradualmente até o quarto trimestre de 2020 e no primeiro trimestre deste ano fechou em 17,74%.

Podemos destacar a configuração gráfica da evolução da taxa de informalidade dos sem carteira assinada ao longo do tempo. Ao examinarmos esta categoria de forma mais aprofundada percebemos uma sazonalidade da taxa desde 2016. Suas oscilações são caracterizadas por crescimentos ao longo do ano e decrescimentos nos últimos meses de cada ano da amostra. É importante frisar que isso também aconteceu no período de referência. Embora exista um decrescimento em torno de 1,9 p.p. entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, existiu um crescimento de mais de 1,1 p.p. entre o segundo e o quarto trimestre de 2020. No primeiro trimestre de 2021 houve uma redução em torno de 0,7 p.p.

4.4. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA INFORMALIDADE

Essa seção do artigo é dedicada à análise das características sociodemográficas da informalidade. Aqui investigaremos graficamente o comportamento da taxa de informalidade quando controlada para gênero, idade, renda, escolaridade, região, cor, setor e tipo de domicílio. Uma característica das análises de *cross section* é a heterogeneidade da amostra e essa parte da monografia exemplifica a diferença dos níveis de informalidade dentro de cada característica sociodemográfica; o nível de informalidade em cada setor ou em cada região do país pode ser bem diferente.

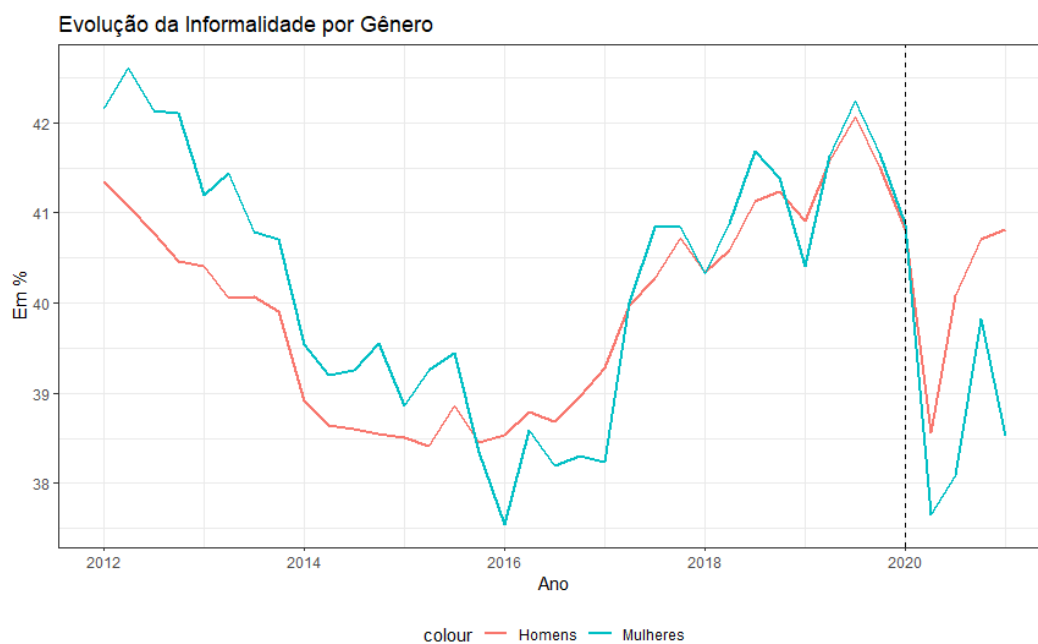


Figura 10 – Evolução da Taxa de Informalidade por Gênero

Ainda que não exista uma discrepância grande entre os gêneros dos informais no início da pandemia, podemos ver que as taxas de informalidade dos homens e das mulheres se comportaram de forma diferente no período de referência. Observamos um patamar bem parecido no início do ano de 2020, quando a taxa dos homens foi de 40,81% e das mulheres de 40,87%. As oscilações negativas do primeiro para o segundo trimestre

foram vertiginosas com o nível de informalidade dos homens caindo em torno de 2,2 p.p. e das mulheres em torno de 3,2 p.p.

A recuperação do nível de informalidade dos homens aconteceu de forma mais rápida e no início de 2021 o patamar da taxa era o mesmo do início de 2020; 40,81% dos homens estavam na informalidade. Paralelamente, o nível de informalidade das mulheres cresceu até o quarto trimestre de 2020, quando chegou a 39,81%. No primeiro trimestre de 2021 houve uma oscilação negativa e 38,51% das mulheres estavam na informalidade.

Por sugestão do professor orientador, dividimos a informalidade em três faixas etárias; os mais jovens (entre 18-29 anos), os prime-age (30-54 anos) e os mais velhos (acima dos 55 anos). Conseguimos identificar que a informalidade é mais concentrada nas idades mais jovens e mais velhas e menos concentrada entre os prime-age. Isso significa que, no Brasil, é mais provável que um jovem adulto ou um adulto com idade mais avançada sejam informais do que os adultos do meio da distribuição.

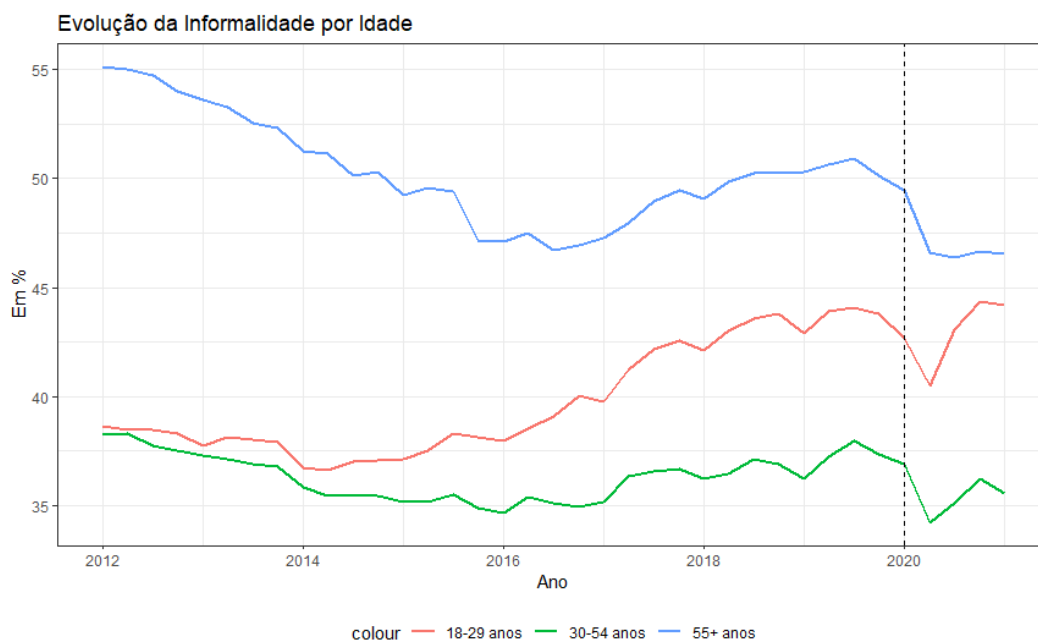


Figura 11 – Evolução da Taxa de Informalidade por Idade

O gráfico nos permite observar os níveis de informalidade e as oscilações durante os anos de 2020 e 2021. A população entre 18 e 29 anos na informalidade era de 42,64%, a população entre 30 e 54 anos, de 36,87% e a população acima dos 55 anos na informalidade era de 49,45%. Ainda, podemos notar a diferença entre as oscilações de cada faixa etária; enquanto o gráfico dos mais jovens e dos prime-age tem configuração “em V”, as oscilações da informalidade nos mais velhos tem configuração “em L”.

Parece que o período de referência aumentou a informalidade entre os jovens. Ainda que tenha acontecido uma queda de quase 2,2 p.p. nessa categoria em apenas um trimestre, houve uma recuperação gradual que aumentou o nível de informalidade dentro do grupo. A taxa de informalidade dos adultos entre 18 e 29 anos terminou a série histórica em 44,17%.

Entre os prime-age, o comportamento foi outro. Entre os adultos de 30 a 54 anos, também observamos uma queda acentuada do primeiro para o segundo trimestre de 2020 de quase 2,7 p.p. No primeiro trimestre de 2021, a taxa de informalidade do grupo era de 35,53%. O comportamento da curva para os mais velhos da amostra – acima de 55 anos – é um pouco diferente. No primeiro trimestre de 2020 era de 49,45%, decaindo para 46,60% em apenas um período. Não houve grandes oscilações nessa taxa ao longo de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, quando ela fechou em 46,51%.

A análise da informalidade por renda nos permite atribuir algumas características à informalidade no Brasil ao longo do tempo. Observamos que a quantidade total de informais decai bastante conforme a renda aumenta. No primeiro trimestre de 2020, notamos que 30,6 milhões de brasileiros dos 38,68 milhões na informalidade no período possuíam rendimentos entre o mínimo observado e 2 salários-mínimos. Por indicação do professor orientador, os níveis de renda acima de 3 salários-mínimos foram rearranjados.

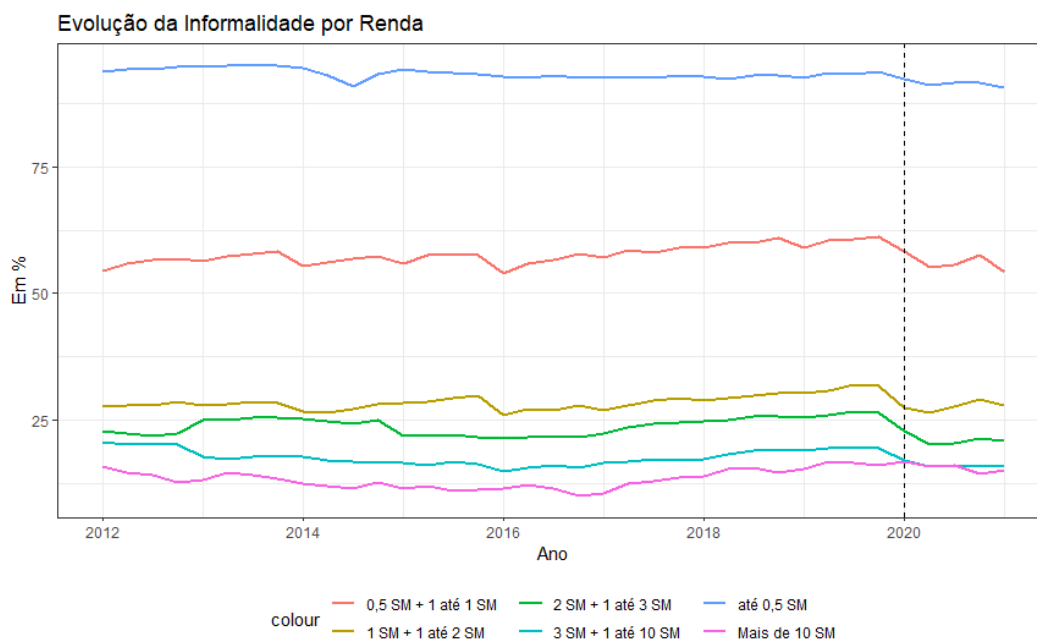


Figura 12 – Evolução da Taxa de Informalidade por Renda

Por outro lado, quando analisamos a taxa de informalidade, observamos a mesma característica da análise anterior; conforme os rendimentos aumentam, menores as taxas de informalidade relativas. Os níveis e as taxas altíssimas de informalidade atreladas ao menor rendimento destacado – de até 0,5 salário-mínimo – corroboram com o diagnóstico. No primeiro trimestre de 2020, 92,19% deste grupo estava na informalidade. O gráfico demonstra poucas oscilações durante o período de referência e a taxa no primeiro trimestre de 2021 foi de 90,43%.

A segunda faixa de renda – de 0,5 + 1 até 1 salário-mínimo – teve maior oscilação durante a pandemia; era de 58,4% e caiu aproximadamente 3,2 p.p. entre os dois primeiros trimestres do ano de 2020. Houve uma recuperação até o quarto trimestre do mesmo ano e se estabeleceu em 54,3% no final da série histórica – uma redução de 4,1 p.p. durante a pandemia.

A terceira e a quarta faixa de renda tiveram oscilações levemente parecidas e eram de 27,54% e 22,83%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2020. No primeiro trimestre de 2021, as respectivas taxas de informalidade foram de 28,04% e 21,06%. A única faixa de renda observada que teve aumento percentual do início para o final do período de referência foi a terceira – de 1 salário-mínimo + 1 até 2 salários-mínimos.

A quinta e a sexta faixa de renda eram muito parecidas em valor no início da pandemia – de 17,06% e 16,9%, respectivamente. São as taxas de informalidade referentes aos rendimentos mais altos – de 3 salários-mínimos + 1 até 10 salários-mínimos e de mais de 10 salários-mínimos. Do segundo para o terceiro trimestre de 2020 a sexta faixa de renda teve uma redução de aproximadamente 1,7 p.p.

Outro fator de importante destaque é a caracterização da informalidade por escolaridade. De acordo com os dados coletados na amostra, vimos que existe uma grande concentração na quantidade de informais na primeira e na terceira categoria da desagregação. No primeiro trimestre de 2020 eram 13,58 milhões de brasileiros sem instrução e menos de 1 ano de estudo até o fundamental incompleto que estavam na informalidade. Em paralelo, eram 13,05 milhões de brasileiros com ensino médio completo até superior incompleto que trabalhavam na informalidade.

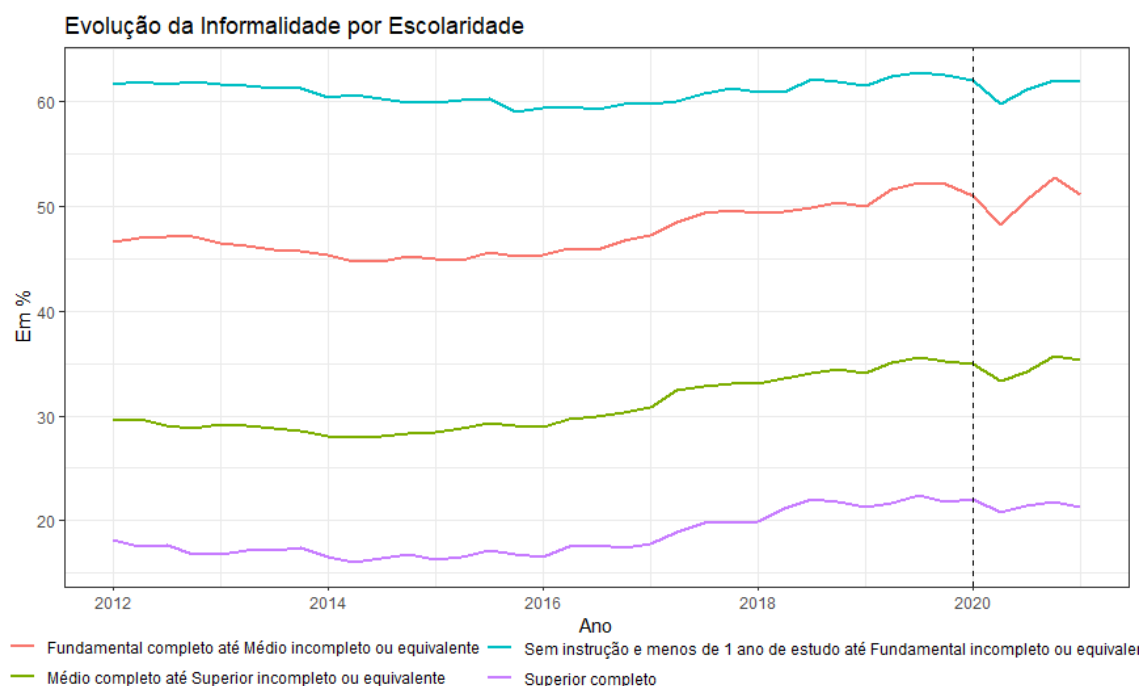


Figura 13 – Evolução da Taxa de Informalidade por Escolaridade

Observamos que, embora o nível seja distinto entre as quatro classificações exibidas e não exista uma uniformidade da quantidade total de informais relativa à educação, a taxa de informalidade dos brasileiros decai conforme o nível educacional aumenta. A

oscilação da taxa referente ao grupo mais escolarizado – com ensino superior completo – não variou muito durante a pandemia. Era de 22,1% no primeiro trimestre de 2020 e caiu em torno de 1,3 p.p. no segundo trimestre do mesmo ano. No primeiro trimestre de 2021 a taxa era de 21,27%. Dos quatro grupos de nível educacional, os grupos menos e mais escolarizados da desagregação registraram quedas entre o início e o final do período de referência. As taxas dos outros dois grupos do meio da divisão sofreram aumentos no mesmo intervalo.

Durante a pandemia, o grupo que mais teve oscilações trimestrais na taxa de informalidade foi o grupo com nível educacional entre fundamental completo até ensino médio completo ou equivalente. No primeiro trimestre de 2020 a taxa era de 51,02% e caiu para 48,25% trimestre subsequente. Houve um aumento de aproximadamente 4,4 p.p. até o quarto semestre de 2020 e a série histórica fechou com redução da taxa para 51,08%.

O grupo menos escolarizado não sofreu uma queda tão brusca assim. Iniciou o primeiro trimestre de 2020 com a taxa de 61,97% e terminou a série histórica com 61,88% dos integrantes do grupo na informalidade. Já o terceiro grupo – dos brasileiros com ensino médio completo até ensino superior incompleto – iniciou o período de referência com uma taxa equivalente a 34,94% e terminou com um ligeiro aumento para 35,33%.

A desagregação por região da taxa de informalidade é um fator de destaque desta seção. Assim como outros fatores de decomposição da variável de interesse, é uma caricatura da heterogeneidade da amostra. A análise gráfica das regiões brasileiras nos permite observar os diferentes níveis de informalidade em cada uma delas. Durante o primeiro trimestre de 2020, o Sudeste foi a região que mais registrou informais no Brasil; eram 14,33 milhões de pessoas nesta condição. O Nordeste vem em segundo, com 11,67 milhões. Em terceiro, a região Norte – com 4,48 milhões. Em quarto, a região Sul, com 4,12 milhões e por último, a região Centro Oeste, com 3,04 milhões de informais.

Ainda que o nível seja esse, observamos uma discrepância das taxas de informalidade no Norte e no Nordeste do país – que começaram o período de referência com taxas de 60,76% e 55,91%, respectivamente. Foram as regiões que tiveram maior redução entre os dois primeiros trimestres de 2020, de aproximadamente 4 p.p. e 3,4 p.p. seguidos de aumentos nas taxas respectivas. Terminaram a série histórica com 58,53% e 55,63%, respectivamente.

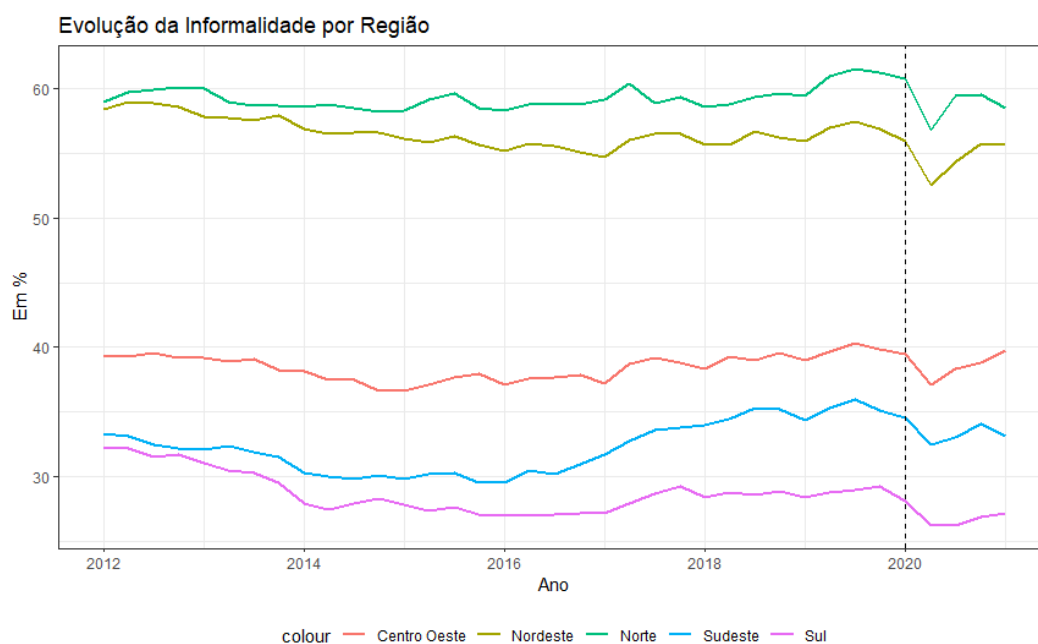


Figura 14 – Evolução da Taxa de Informalidade por Região

A região do Centro Oeste teve uma redução menos acentuada da taxa de informalidade, embora significativa. Registrou 39,45% no primeiro trimestre de 2020 e uma queda de quase 2,4 p.p. no trimestre seguinte. Houve aumento da taxa nos três períodos seguintes e os dados apontam que foi a única região brasileira cuja taxa de informalidade efetivamente aumentou durante a pandemia – no primeiro trimestre de 2021, a taxa registrada foi de 39,75%.

Embora a região Sudeste tenha a maior população informal do país, sua taxa de informalidade iniciou o período de referência em 34,5%. Houve uma redução em 2,1 p.p. com relação ao trimestre seguinte, atingindo um pico no quarto trimestre de 2020 – quando era de 34,02%. Ocorreu uma queda no primeiro trimestre de 2021 e a taxa valia 33,06%. A região Sul é a que possui a menor taxa de informalidade entre as cinco regiões brasileiras; no primeiro trimestre de 2020 era de 28,05% e é a única região cujo gráfico durante a pandemia é configurado “em L” e não “em V”. Houve um aumento do final de 2020 para o primeiro trimestre de 2021, quando a taxa foi de 27,15%.

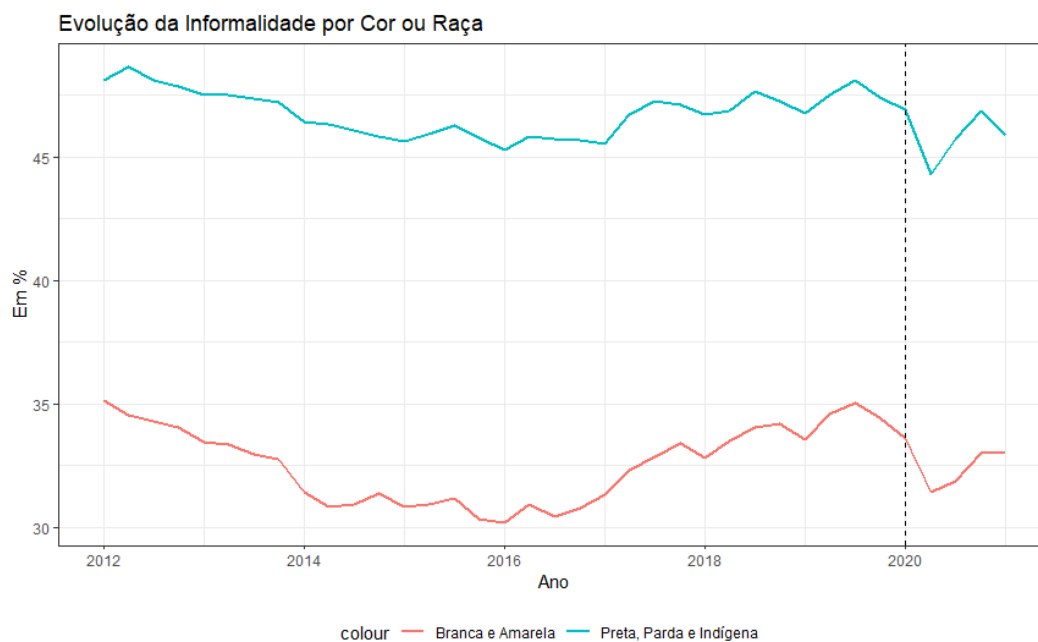


Figura 15 – Evolução da Taxa de Informalidade por Cor ou Raça

A desagregação da informalidade por cor ou raça é um ponto importante da análise sociodemográfica. Por indicação do professor orientador, dividimos em dois grupos: brancos e amarelos e pretos, pardos e indígenas. Observamos que o segundo grupo é o que possui maior taxa de informalidade. No primeiro trimestre de 2020 eram 46,92% na informalidade. Houve uma redução de 2,6 p.p. no trimestre subsequente e um aumento nos dois trimestres seguintes. No primeiro trimestre de 2021, a taxa de informalidade do grupo de pretos, pardos e indígenas era de 45,86%.

A informalidade do grupo de brancos e amarelos é mais baixa; no início do período de referência, a taxa de informalidade era de 33,59%. Houve uma redução no trimestre subsequente de aproximadamente 2,2 p.p. A partir deste ponto, a taxa voltou a crescer até o final da série histórica, quando registrou 33,04%.

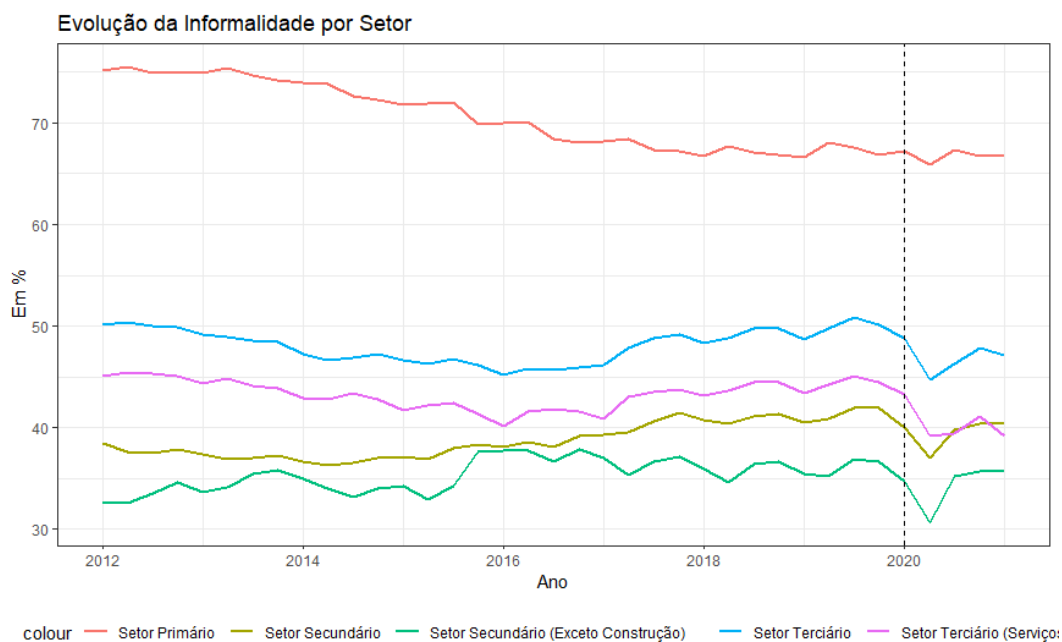


Figura 16 – Evolução da Taxa de Informalidade por Setor

Na desagregação por setor da economia vemos uma preponderância da taxa de informalidade no setor primário. O setor terciário possui a segunda maior taxa e o secundário fica por último. Englobamos as atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura no setor primário. A taxa de informalidade nesse setor era de 67,16% no primeiro trimestre de 2020 e, dois trimestres depois, registrava 67,36% dos brasileiros do setor primário na informalidade. Houve uma ligeira redução que estabeleceu a taxa em 66,9%.

O setor secundário possuía 39,97% dos seus integrantes na formalidade no primeiro trimestre de 2020. Houve uma queda de aproximadamente 3 p.p. no trimestre subsequente. A taxa voltou a crescer e se estabeleceu em 40,47% no primeiro trimestre de 2021 – maior do que no início do período de referência. Desagregamos o setor secundário para entender melhor a dimensão de cada grupo de atividade e podemos perceber que o setor de construção representa em torno de 5% da informalidade do setor secundário.

No primeiro trimestre de 2020, o setor terciário possuía 48,84% de informais. Houve uma queda acentuada – a maior de todas as varrições durante o período de referência – de 4,1 p.p. no trimestre subsequente, se estabelecendo em 44,75%. No terceiro trimestre

de 2020 registrou 46,23% de informais e oscilou durante os dois trimestres seguintes, fechando a série histórica em 47,17%. Desagregamos o setor terciário para entender qual foi a contribuição do setor de serviços; vimos que a participação foi alta, uma vez que 43,31% das pessoas neste setor eram informais no primeiro trimestre de 2020. Houve uma queda de 4,1 p.p. no trimestre subsequente e um crescimento significativo nos dois últimos trimestres de 2020. A taxa fechou a série histórica em 39,2% no primeiro trimestre de 2021.

A última desagregação realizada nos permite analisar a taxa de informalidade em locais rurais e urbanos. A taxa de informalidade para os domicílios rurais era quase o dobro da taxa para domicílios urbanos. Para o primeiro grupo, observamos uma taxa de 64,48% no primeiro trimestre de 2020. Para o segundo, a taxa valia 37,81% no mesmo trimestre.

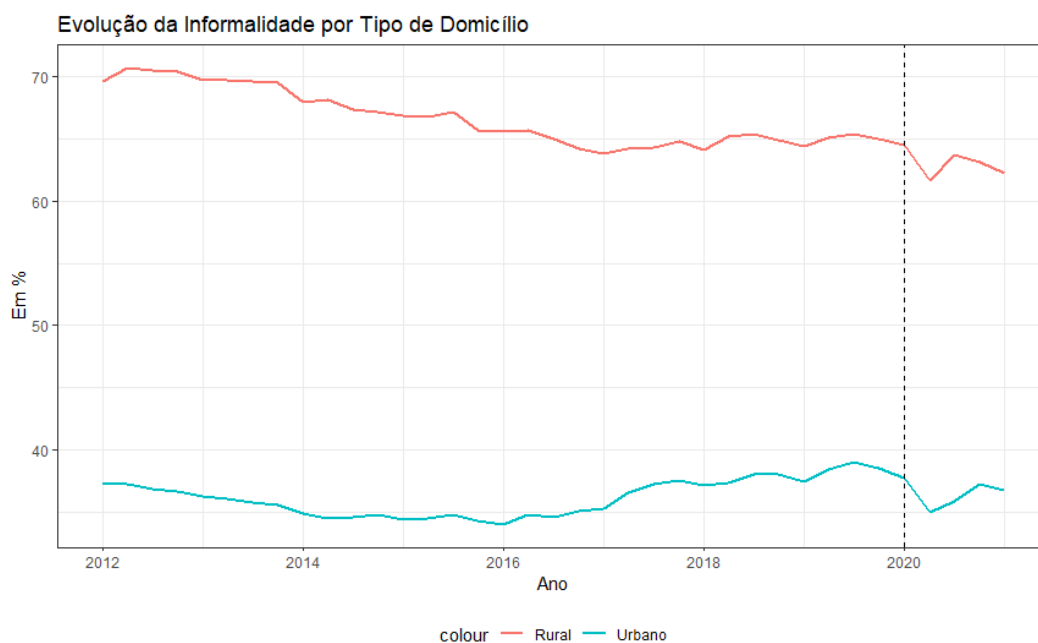


Figura 17 – Evolução da Taxa de Informalidade por Tipo de Domicílio

Houve uma queda de 2,8 p.p. na taxa de informalidade dos domicílios rurais no segundo trimestre de 2020. Foi seguida por um aumento para 63,66% no trimestre subsequente e fechou o ano com 63,14% de informais. No primeiro trimestre de 2021, essa taxa foi de 62,25%. Para os domicílios urbanos, observamos a taxa no início do

período de referência, quando valia 37,81%. Houve uma queda de aproximadamente 2,8 p.p. no trimestre subsequente acompanhada de aumentos em dois trimestres consecutivos durante o ano de 2020. No primeiro trimestre de 2021, a taxa registrou 36,75% de informais nesta condição.

5. FATOS ESTILIZADOS

5.1. O CASO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Nesse tópico do artigo investigaremos a política pública do auxílio emergencial. O projeto de lei nº 1066 de 2020 alterou a Lei nº 8742 de 1993 e determinou a concessão do auxílio emergencial por 3 meses, um benefício criado para mitigar os efeitos da crise da pandemia da Covid-19 e garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação de vulnerabilidade que foi estendido até o mês de dezembro de 2020. Para o recebimento do benefício a partir de abril de 2020 era necessário realizar um cadastro – no site do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) – mediante aprovação do DataPrev. O indivíduo deveria atender às exigências do governo de renda máxima, de não estar trabalhando em um emprego formal, não receber seguro-desemprego, entre outras.

Em um primeiro momento, o valor do benefício variava entre R\$ 1200,00 e R\$ 600,00. O valor cheio contemplava as mães chefes de família e o valor reduzido beneficiava os outros casos. Em um segundo momento – a partir de setembro de 2020 – a lei foi alterada através da medida provisória nº 1000 e estes valores foram reduzidos pela metade. Após um intervalo de quatro meses – depois da última parcela em dezembro de 2020 – o auxílio emergencial de 2021 foi aprovado e começou a ser pago pelo governo no início de abril. Como os dados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021 ainda não foram divulgados, nossa análise sobre a política pública será referente apenas ao ano de 2020. É importante ressaltar que houve uma tentativa frustrada da utilização dos dados referentes à PNAD Covid – a pesquisa domiciliar do IBGE durante a pandemia, que teve sua divulgação iniciada no mês de maio de 2020 – mas que, pelo interrompimento da publicação dos dados posteriores ao mês de novembro do mesmo ano, optamos pelo processamento dos dados da PNAD Contínua.

Em março de 2020 foi aprovado um projeto de decreto legislativo que reconheceu o estado de calamidade pública por conta da pandemia da Covid-19. O decreto permitiu um aumento de gastos relativos à saúde que poderia extrapolar a Lei Orçamentária Anual para o ano de 2020 e dispensava o cumprimento do governo federal da meta fiscal estabelecida para o ano. Por outro lado, a regra de ouro foi contornada através da Emenda Constitucional nº 106 – popularmente chamada de orçamento de guerra – e dispensou o

Poder Executivo de pedir autorização ao Congresso Nacional para realização de gastos correntes; dessa forma o teto de gastos não precisou ser suspenso, uma vez que essa medida não se aplica à créditos extraordinários, permitindo a expansão do gasto orçamentário.

As medidas fiscais aprovadas para mitigação dos danos causados por conta da crise foram na ordem de R\$ 604,7 bilhões, dos quais R\$ 322 bilhões foram autorizados referentes ao pagamento da política pública do auxílio emergencial. Em um primeiro momento – as cinco parcelas referentes ao período de abril até agosto de 2020 – foram beneficiados cerca de 66,2 milhões de brasileiros e, em um segundo momento – as quatro parcelas pagas de setembro até dezembro de 2020 – cerca de 42 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial no Brasil. Destacamos que essa política pública de transferência de renda contemplava os trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais e desempregados. Embora não seja o escopo desta monografia, é importante destacar que houve uma iniciativa do Governo Federal de aliviar a situação das empresas e incentivar a não demissão de seus funcionários – o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda –, permitindo a redução da jornada de trabalho e de salários para empregados com carteira assinada no setor privado.

Embora a mensuração do impacto da política pública do auxílio emergencial durante a pandemia da Covid-19 na composição do mercado de trabalho brasileiro dos informais não seja o escopo deste trabalho, na [Seção 4.2](#) fizemos uma análise categórica e bem dividida da evolução do número de ocupados, de desocupados e da taxa de desemprego no Brasil durante o período de referência. Por se tratar de um benefício financeiro sem precedentes concedido pelo governo brasileiro, é intuitivo pensar que o recebimento de uma renda generosa durante uma crise econômica pode impactar na estrutura nacional do mercado de trabalho. Embora a intenção do coronavoucher seja de fornecer incentivos para que a população fique em casa, a política pública também pode incentivar a população à, por exemplo, desistir de procurar emprego sem esperanças de que irão encontrar – uma característica da população desalentada. Por não ser o foco deste artigo, e nem dispormos de um arcabouço teórico para tal análise, a investigação do recebimento do benefício com relação à população desalentada não será realizada, embora caiba uma indagação importante para aqueles que chegaram até aqui.

5.2. AUXÍLIO EMERGENCIAL E POBREZA

O trabalho de [Barbosa e Prates](#) (2020) sobre os efeitos do desemprego e as medidas de auxílio emergencial adotadas pelo governo brasileiro na renda e na pobreza estabelece cenários para alguns indicadores – como nível de emprego, renda domiciliar per capita, coeficiente de Gini e taxa de pobreza – durante o ano de 2020. Os autores citam o caráter preventivo do auxílio emergencial de incentivar as pessoas a cumprirem as medidas de distanciamento social e de evitar sair de casa para trabalhar ou até a procurar emprego – incentivos que foram realçados na [Seção 5.1](#) desta monografia. Nesta seção do trabalho, iremos focar nos indicadores de pobreza e suas relações com o auxílio emergencial.

Para efeitos de investigação, os autores identificaram os pobres como indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 1045,00. Houve a estipulação de dois cenários; o primeiro no qual o benefício seria de R\$ 300,00 e o segundo no qual o benefício seria de R\$ 600,00. No primeiro caso, os efeitos marginais das políticas sobre o trabalho e os rendimentos indicaram que haveria uma redução de 9,7 p.p. na pobreza e, no segundo caso, a pobreza cairia 16,5 p.p. Os autores destacam que a renda dos mais pobres já é inferior ao valor médio per capita dos benefícios e que o valor cheio do auxílio emergencial eleva a média da renda domiciliar per capita em R\$ 178,00, tendo impactos significativos sobre a pobreza no Brasil.

De acordo com o estudo realizado por [Neri](#) (2020), houve uma redução de 23,7% do número de pobres no Brasil entre 2019 e agosto de 2020 – aproximadamente 15 milhões de pessoas. A definição de pobreza utilizada neste caso contemplava indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 522,50 – diferente das investigações citadas anteriormente. A análise demonstrou que o nível de pessoas em condição de pobreza no país foi o mais baixo da série histórica até então e que a renda de todas as fontes aumentou significativamente, enquanto a renda do trabalho – que é um indicador fundamental para efeitos e análise socioeconômica – diminuiu bastante. Por conta disso, não seria incoerente assumir que os aumentos médios de renda durante o ano de 2020 têm caráter cíclico, uma vez que passado o momento de crise econômica e o benefício concedido pelo governo do auxílio emergencial, a renda dos mais pobres será comprometida, tendo em vista a não divulgação de um programa social que possa substituir em magnitude o coronavoucher. Para fins comparativos, as injeções realizadas pelo Governo Federal

durante o ano de 2020 com relação à política pública somam quase 9 anos do Bolsa Família – que também é um programa de transferência de renda do governo brasileiro.

A população brasileira que vive na extrema pobreza possui uma renda domiciliar per capita de até R\$ 154,00 por mês. O nível de pessoas nessa condição em 2020 foi registrado em 3,3% da população do país, ante 6,9% registrados no ano de 2019. Os problemas que devem ser enfrentados na ausência de rendas alternativas durante e logo depois da crise provocada pela Covid-19 – em conjunto com a redução do valor do auxílio emergencial em 2021 – muito provavelmente acarretará o aumento da taxa de desemprego durante este ano. O novo auxílio emergencial aprovado para 2021 atende aproximadamente 45,6 milhões e contempla 20,6 milhões de brasileiros a menos do que o número de beneficiados em 2020. Ainda, a previsão inicial para gastos referentes à política pública em 2021 é da ordem de R\$ 44 bilhões, valor aproximadamente sete vezes menor do que o total registrado em 2020. Contudo, cabe ressaltar o caráter emergencial do benefício sua importância na composição da renda dos informais e de outros grupos que compõem a população brasileira.

6. CONCLUSÃO

As exaustivas investigações realizadas neste trabalho de monografia contemplam um período nefasto de crise econômica causada pela pandemia da Covid-19. Os dados obtidos através da PNAD Contínua e processados através da programação em R mostram a magnitude dos impactos no desemprego, na ocupação e na informalidade do país. A análise gráfica nos permitiu investigar a redução da taxa de informalidade e o aumento da taxa de desemprego observado durante o período de referência. As decomposições dos diferentes setores que compõem a informalidade, assim como o detalhamento das condições sociodemográficas da informalidade nos permitiram entender quais foram os cortes mais afetados durante os cinco trimestres examinados.

A investigação nos permitiu observar um movimento de queda abrupto na maior parte dos gráficos gerados – quanto à informalidade – do primeiro para o segundo trimestre de 2020. A redução da taxa de informalidade de 2,5 p.p. observada entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020 ilustra essa observação. Em alguns casos a recuperação ocorreu gradualmente ao longo do ano de 2020 e, em um ou outro, os patamares de informalidade no final da amostra se estabeleceram em taxas maiores do que as observadas no início do período de referência da análise (primeiro trimestre de 2020).

Ainda que o objetivo desta monografia seja de analisar descritivamente o mercado de trabalho informal do Brasil durante a pandemia, é notável a afinidade dos resultados dos cortes sociodemográficos apresentados com a literatura explorada na [Seção 3](#), que foge do escopo de uma análise descritiva. Embora exista uma literatura nacional extensa e pouco organizada sobre a informalidade brasileira, seria interessante a agregação dos resultados apresentados com as relações que esses trabalhos estabelecem entre fatores socioeconômicos e a informalidade.

Além disso, a apuração da política pública do auxílio emergencial é relevante para estudos posteriores. Ainda que não tenhamos conseguido analisar descritivamente o benefício – por conta da falta da disponibilidade de dados principalmente durante a virada do ano de 2020 para 2021 – conseguimos ter acesso à materiais que reiteram a necessidade da investigação do impacto do coronavoucher não só na informalidade, mas também no desemprego e nos rendimentos da população brasileira.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

al, Edward Amadeo et. **“A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980 (Texto para discussão nº 353).”** *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (1994): 3-8.

Moura, Barbosa Filho e. **“Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor.”** *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (2015): 101-119.

Neri, Marcelo. **“Covid, Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise até Agosto de 2020.”** *Sumário Executivo, FGV Social* (2020).

Prates, Rogério Jerônimo Barbosa e Ian. **“Efeitos do Desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia.”** *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (2020): 65-79.

Ramos, Lauro. **“A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001 (Texto para discussão nº 914).”** *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (2002): 18-22.

Ulyssea, Gabriel. **“Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura (Texto para discussão nº 1070).”** *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (2005).

Ulyssea, Gabriel. **“Informality Causes and Consequences for Development.”** *Annual Reviews of Economics* (2020).

“Um país sufocado: Balanço do orçamento geral da União”. *Instituto de Estudos Socioeconômicos* (2020): 18-22.

“Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2020”. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (2020).